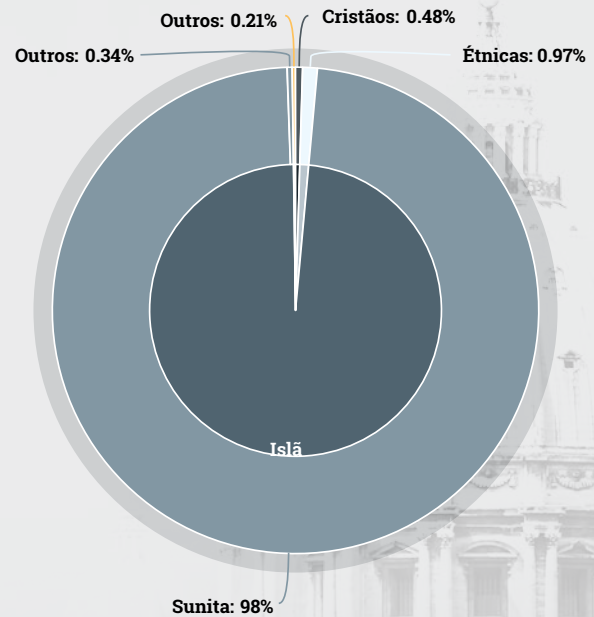


Comores



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

De acordo com a Constituição de 2001, o Islamismo – e mais especificamente a doutrina sunita shafi'i após o decreto presidencial de 2013^[1] – é a religião do Estado. Apesar disso, todos os cidadãos são teoricamente reconhecidos como tendo direitos e obrigações iguais, independentemente das crenças pessoais. Contudo, na realidade, este direito é mais gozado pelos estrangeiros do que pelos nacionais, pois estes enfrentam problemas sociais e culturais caso se convertam do Islamismo a outra religião.^[2] O Governo proíbe a proselitismo e a conversão do Islamismo, citando a necessidade de prevenir a agitação social e promover a coesão e a identidade nacional. Contudo, não é claro que penas se aplicam em cada caso, além da deportação para quaisquer estrangeiros envolvidos em atividades evangélicas.^[3] A pressão social e a intimidação são frequentemente mencionadas no contexto dos convertidos do Islamismo a outras religiões, em especial os que vivem em ambientes

rurais. Apesar disso, não há verdadeira perseguição no país.^[4]

Nomeações religiosas importantes, como a do Grande Mufti, são feitas por nomeação presidencial. Daí não haver separação clara entre religião e Estado. Os grupos muçulmanos não sunitas não gozam do mesmo tipo de privilégios e considerações legais favoráveis que os outros muçulmanos.

INCIDENTES

No momento em que escrevemos, não houve incidentes relevantes durante o período abrangido pelo relatório.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Não estão previstas alterações no futuro próximo.

[1] Cf. http://www.alwatwan.net/index.php?home=actu.php&actu_id=48

[2] Cf. <http://religion-freedom-report.org.uk/wp-content/uploads/country-reports/comoros.pdf>

[3] Cf. 2014 Report on International Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, Gabinete Governamental de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, 14 de Outubro de 2015 (<http://www.refworld.org/docid/562105ba19.html>).

[4] Cf. 2013 Report on International Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, Gabinete Governamental de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, 28 de Julho de 2014 (<http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2013&dliid=222035>).